

# JUÍZES PEDEM FIM DA IMUNIDADE

**Proposta será enviada hoje ao Congresso e tem o objetivo de facilitar o combate à corrupção**

Proposta elaborada por 300 juízes do Rio para a reformulação do Código Penal, que defende entre outras coisas o fim da imunidade parlamentar como medida necessária para facilitar o combate à corrupção, será enviada hoje ao Congresso pelo presidente do Tribunal de Justiça do Estado, desembargador Antônio Carlos Amorim. O documento foi elaborado durante um seminário no Hotel Rio Palace, em Copacabana, do qual participaram magistrados cariocas e três juízes italianos que atuam na Operação Mãos Limpas, que combate a corrupção na Itália.

“Combater corruptos e corruptores no Brasil é um verdadeiro absurdo, devido as dificuldades”,

afirmou o desembargador Carlos Amorim. Ele citou o caso do deputado estadual José Guilherme Godinho (PFL), o “Sivuca”, denunciado por falsidade ideológica e apologia ao extermínio, que ficou conhecido pelo slogan “Bandido bom é bandido morto”. Amorim enviou vários pedidos ao presidente da Assembléia Legislativa, José Nader, para que licenciasse o deputado do cargo com o objetivo de processá-lo, mas até agora não recebeu nenhuma resposta. “Com a queda da imunidade parlamentar, o político que for processado por qualquer tipo de crime, desde corrupção até homicídio, será processado como qualquer cidadão comum”, explicou.

O juiz italiano Vittorio Parag-

gio afirmou que a imunidade parlamentar já foi um obstáculo ao Ministério Público na Itália, mas os magistrados conseguiram derubá-la para que os políticos fossem investigados e processados. Ele explicou que na Itália o Ministério Público é independente do Executivo e não sofre qualquer interferência para agir em relação a documentos.

Mario Almerighi, outro juiz da Operação Mãos Limpas, disse ainda que o Ministério Público também não precisa de ordem judicial, como no Brasil, para pedir a quebra de sigilo bancário. “Normalmente temos acesso aos extratos bancários para confronto com contas em outros bancos”. Assim também funciona em relação ao

sigilo fiscal, garante. Segundo Almerighi, o Ministério Público italiano também tem acesso às declarações de renda sem que seja preciso uma autorização judicial.

A presença dos juízes italianos no Rio foi marcada por episódio pitoresco. Preocupada com a segurança dos magistrados, a Polícia Federal considerou suspeitos dois ferroviários italianos que se hospedaram no Hotel Rio Palace. Agentes da PF acreditavam que os dois se hospedaram no hotel para matar um dos três juízes italianos, que tiveram sua segurança pessoal reforçada. A confusão foi desfeita no final da noite de terça-feira, quando os turistas italianos comprovaram que estavam no Rio apenas para passear.